

Menina raptada por Yanomami viveu 24 anos com índios

Da Redação

Uma menina de 12 anos que, na década de 30, foi raptada por índios quando ia com seus pais plantar mandioca numa roça da família, em Roraima, escreveu recentemente a versão detalhada e definitiva de sua odisséia, que será lançada em breve no Brasil pela editora Paz e Terra. Seu nome é Helena Valero, e um primeiro livro sobre sua vida, compilado pelo italiano Biocca, já foi traduzido em diversas línguas. Mas Helena discordou de alguns pontos e resolveu recontar sua história em "Eu Sou Yapanoma" (mulher estrangeira), lançado em 1984 pela Fundação La Salle de Ciências Naturais, de Caracas (Venezuela).

Os índios que a capturaram eram caçadores Namoeteri, um grupo dos Yanomami —povo que vive no coração da Amazônia, numa área extensa de floresta tropical que abrange partes de Roraima, do Amazonas e da Venezuela. Mesmo feridos, os pais de Helena conseguiram fugir, mas a menina foi levada para a aldeia. Tornou-se mulher de um chefe que mais tarde foi morto, fugiu para outra aldeia, casou-se de novo, teve a todo quatro filhos. Foi só depois de 24 anos que Helena conseguiu fugir com os filhos.

O livro é um relato singular de uma das culturas mais originais do mundo —os Yanomami, com pouco mais de 20 mil indivíduos, são a maior etnia existente ainda isolada da cultura branca, com costumes praticamente intactos. Linguistas afirmam que a família linguística Yanomami remonta a pelo menos três mil anos. O etnólogo francês Jacques Lizot, que os estudou há 20 anos ("Le Cercle des Feux" e outras obras), desvendou muitos mistérios desse povo, cujo hábito de raptar mulheres, motivado por sua escassez (às vezes 30% a mais de homens), geralmente visa aldeias vizinhas (algumas têm 30% a mais de homens). Helena conta que, vencidas as dificuldades iniciais, a vida entre os índios teve seus encantos: "No 'xabono' (aldeia), geralmente os homens respeitam as mulheres." Quando voltou à civilização, Helena não conseguiu se adaptar, e hoje vive entre os Yanomami, na missão salesiana de Ocama (Venezuela).

O antropólogo Napoleon Chagnon, da Universidade de Santa Barbara

(Califórnia), afirma que os Yanomamis são uma das culturas mais violentas conhecidas —44% dos homens já mataram alguém, na maioria das vezes por motivos sexuais, como o rapto de mulheres, o que além de suprir uma necessidade demográfica confere prestígio social ao matador. O rapto deve obrigatoriamente ser vingado, pelo ex-marido ou seus parentes, com a morte do raptor. Os matadores têm 2,5 vezes mais esposas e três vezes mais filhos do que os outros. Numa linha darwinista, Chagnon diz que a evolução social obedece a fatores de seleção, do mesmo modo que na biologia. Em sociedades evoluídas a competição sexual se traduziria, segundo o antropólogo, na "busca da riqueza e do poder".

Qualidade de vida

Os Yanomami são aproximadamente dez mil no Brasil e 12 mil na Venezuela. Os do lado brasileiro estão espalhados em 120 aldeias, distribuídas por uma área de cerca de nove milhões de hectares no extremo norte do país, na região dos rios Negro e Demini, junto à serra Parima. É uma área de difícil acesso, de terreno acidentado e rios encachoirados.

As aldeias têm geralmente uma só casa comunitária (maloca), de forma cônica ou com abertura central e cerca de 50 metros de diâmetro, onde convivem de 30 a 250 pessoas. Em torno dela, cada índio cultiva uma área de aproximadamente 900 m², com mandioca, banana, cana-de-açúcar, tabaco etc. A cada dois anos se deslocam cerca de 3 km para refazer as roças, conservando a capacidade produtiva do solo pobre, facilmente esgotável. Pelo "exemplo incentivador na defesa de um meio ambiente saudável e da qualidade de vida", o Programa para o Meio Ambiente da ONU (Unep) conferiu ao índio Davi Kopenawa Yanomami, 34, o Prêmio Global, em agosto passado.

Eles usam ainda uma área com cerca de 15 km de raio ao redor da aldeia, na qual caçam, pescam e colhem produtos silvestres. Cada trecho da floresta tem um nome, é conhecido minuciosamente pelos grupos, faz parte da memória coletiva e dos relatos mitológicos desse povo.

(Luiz Roberto M. Gonçalves)



Casa comunitária (maloca) de uma aldeia yanomami, na região norte do Brasil



Uma jovem índia yanomami, com adornos de penas de pássaro nas orelhas

Garimpeiro é ameaça

Da Redação

A sociedade Yanomami está ameaçada de extinção. Os garimpeiros de ouro que invadem suas terras introduzem doenças mortais para os índios e poluem os rios com mercúrio. A Polícia Federal não tem efetivo suficiente para reprimir os invasores, que já mataram grande número de índios e que contrabandeam o ouro para o exterior. Os garimpeiros têm o apoio de políticos de Roraima, endossado pelo atual governador do Território, Romero Jucá Filho, ex-presidente da Funai, em sua posse em 16 de setembro passado. Vinte e cinco grupos econômicos requereram licença de mineração em aproximadamente dois terços da área Yanomami, apesar de a Companhia Vale do Rio Doce ter concluído que a exploração de cassiterita (minério de alumínio) na região não é de interesse nacional. A produção brasileira é grande e o mercado mundial está saturado. A portaria interministerial (mi-

nistérios do Interior, da Agricultura e da Reforma Agrária e Conselho de Segurança Nacional) nº 160, de 13/9/88, declara "de posse permanente dos indígenas, para efeito de demarcação, a Terra Indígena Yanomami, com superfície de 8.216.925 hectares". Mas divide a área em 19 "colônias", que somam na verdade 2.435.215 hectares. A multiplicidade de situações legais facilitará a penetração de garimpeiros, segundo o sociólogo Abel de Barros Lima, da organização não-governamental CCPY (Comissão pela Criação do Parque Yanomami).

O senador Severo Gomes apresentou em 87 projeto de lei, baseado em estudos da Funai e do CCPY, liderada pela antropóloga Cláudia Andujar, propondo a criação do Parque Yanomami na área de nove milhões de hectares ocupada pelos indígenas. Destes, 33,5% são regiões montanhosas de proteção permanente, e 44,5% foram considerados inadequados à agropecuária pelo Projeto Radam. (LRMG)

Exploração de riquezas minerais é ameaça à ecologia do Pantanal

Correspondente em Campo Grande

O Pantanal matogrossense, que há mais de 200 anos harmoniza a pecuária com sua condição de maior reserva ecológica do planeta, entrará na década de 90 tendo o desequilíbrio que pode acarretar a exploração e transformação industrial de suas riquezas minerais de subsolo.

A ameaça vem de um programa de incentivos fiscais que o governo de Mato Grosso do Sul, Estado cujo Pantanal ocupa 1/3 de seu território, oferece a indústrias dispostas a transformar seus recursos minerais e agropecuários. E ainda do convênio assinado, em 3 de agosto último, pelos governos brasileiro e boliviano, que prevê a implantação até 1992 de uma usina termoeletrica que dará condições para que seja instalada em Corumbá (MS) um polo siderúrgico para a transformação dos minérios de ferro e manganês acumulados pelo tempo no maciço de Urucum.

Luiz Rondon Netto, 34, secretário da Sociedade de Defesa do Pantanal (Sodepan), entidade que aglutina fazendeiros ecologistas, admite que a industrialização "vai quebrar a harmonia" que os fazendeiros conseguiram no Pantanal ao explorar a pecuária. Para ele, a Sodepan —única entidade ecológica com poder político no Estado—"não deve lutar contra o progresso", que considera "irreversível, porque a população quer".

O secretário de Estado do Meio Ambiente, Nilson de Barros, 35, fundador da Sodepan, afirma que sua "maior luta agora" é capacitar a secretaria que ainda não dispõe de

um corpo técnico "suficiente para analisar o impacto ambiental da industrialização". Barros aposta na constituinte estadual para conseguir um maior orçamento, já que compactua com a ideia da irreversibilidade do processo.

O biólogo Roberto Gonçalves, 30, um dos técnicos responsáveis pela proposta constitucional em estudo pela secretaria, diz que "uma das saídas" seria garantir uma porcentagem fixa da arrecadação do Estado para o meio ambiente. Desta forma, ele acredita que a secretaria possa superar os problemas que enfrenta pela presença de apenas 12 técnicos. A proposta dos técnicos da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), segundo Barros, deve conter ainda um artigo que enfatize a co-responsabilidade das indústrias que "pecarem contra a ecologia".

instalada no Pantanal uma usina termoeletrica com capacidade geradora de 500 megawatts, que fomentará uma fábrica de polietileno e outra de amônia (usada na fabricação de agrotóxicos).

O investimento total está orçado em US\$ 1,2 bilhões, dinheiro que o governo "já conseguiu junto ao Banco Mundial", segundo Valdir Guerra, 53, secretário de Indústria e Comércio de Mato Grosso do Sul. Em toda fase de implantação do projeto o governo se exime de responsabilidades financeiras.

Porém, depois de instalado o gasoduto, o país comprará três milhões de metros cúbicos de gás por dia da Bolívia. O gás será empregado no ecologicamente polêmico Projeto de Guerra do governador Marcelo Miranda (PMDB), que se resume na implantação de um pólo siderúrgico em Corumbá. Por enquanto, esse pólo é apenas um grande terreno desocupado a que a Prefeitura de Corumbá deu o nome de "distrito industrial".

Região terá fábrica de cimento

Do correspondente

A primeira indústria a se beneficiar do programa de incentivos fiscais oferecidos pela Secretaria de Indústria e Comércio de Mato Grosso do Sul —que se localizará dentro da área geográfica de influência do ecossistema pantaneiro— é a Camargo Correira Industrial S.A. (CCI). A empresa está construindo em Bodoquena (município a 286 km a oeste de Campo Grande-MS) uma fábrica de cimento que produzirá a partir de 1991 1.667 toneladas/dia.

A CCI já tem licença prévia da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Sema) para construir a indústria, cujo investimento é de US\$ 76 milhões. Toda terraplanagem foi executada, mas o Rima (Relatório de Impacto Ambiental), peça técnica obrigatória para o funcionamento da empresa, ainda não foi aprovada. Vitor Croce, da Coordenadoria Administrativa da CCI, afirma que "para atingir o objetivo, visando a preservação do ecossiste-

ma do Pantanal, a unidade será dotada dos mais modernos sistemas de despejoamento —tipo eletroestático— que garantem a captação de todos os resíduos em suspensão no ar".

Segundo o relatório, em análise na Sema, a poeira e as explosões usadas para a exploração do calcário são os principais problemas ecológicos que a indústria pode proporcionar. Os impactos ecológicos localizados, segundo o relatório, afetarão dezenas de hectares da floresta, de grande importância ecológica, já que é formada por espécies em extinção, como o cedro, a peroba e o pau marfim.

A transformação dos minérios de ferro e manganês do maciço de Urucum, em Corumbá (município a 413 km a noroeste de Campo Grande-MS), é mais um projeto aprovado para a região. Ele prevê a construção de um gasoduto de 550 km desde Santa Cruz de La Sierra (Bolívia) até a fronteira com o Mato Grosso do Sul. A partir do gás boliviano será

instalada no Pantanal uma usina termoeletrica com capacidade geradora de 500 megawatts, que fomentará uma fábrica de polietileno e outra de amônia (usada na fabricação de agrotóxicos).

O investimento total está orçado em US\$ 1,2 bilhões, dinheiro que o governo "já conseguiu junto ao Banco Mundial", segundo Valdir Guerra, 53, secretário de Indústria e Comércio de Mato Grosso do Sul. Em toda fase de implantação do projeto o governo se exime de responsabilidades financeiras.

Porém, depois de instalado o gasoduto, o país comprará três milhões de metros cúbicos de gás por dia da Bolívia. O gás será empregado no ecologicamente polêmico Projeto de Guerra do governador Marcelo Miranda (PMDB), que se resume na implantação de um pólo siderúrgico em Corumbá. Por enquanto, esse pólo é apenas um grande terreno desocupado a que a Prefeitura de Corumbá deu o nome de "distrito industrial".

Bem conservado, Parque Nacional do Iguaçu atrai 1 milhão por ano

Da Reportagem Local

Dos 29 parques nacionais e 15 reservas biológicas existentes hoje no país sob a administração do Instituto Brasileiro de Defesa Florestal (IBDF), o Parque Nacional do Iguaçu, localizado na cidade de Foz de Iguaçu (a 637 km de Curitiba, no extremo oeste do Paraná), é um dos mais bem conservados.

Com uma área total de 225 mil hectares, o parque tem dupla nacionalidade: 170 mil hectares pertencem ao território brasileiro e o restante à Argentina. Pouco mais de um milhão de pessoas entram anualmente na área através do acesso brasileiro. Entre estas, turistas de várias países que querem conhecer uma das chamadas maravilhas do mundo: as Cataratas do Iguaçu, que se encontram dentro desse territó-

rio. Essa quantidade de visitantes só é superada pela do parque da Tijuca, no Rio, que recebe quase dois milhões de pessoas ao ano.

Desde o início deste ano, a receita anual de US\$ 1,5 milhão (Cz\$ 570 milhões) gerada pela visitação está sendo realocada da seguinte forma: 50% são dirigidos ao reaproveitamento turístico do parque por uma ação executiva coordenada pelo Estado do Paraná; o restante é dividido entre a estrutura fixa do parque e as demais áreas administradas pelo IBDF. Existe uma proposta para que empresários locais e a rede Tropical, que administra o Hotel das Cataratas no parque, venham a injetar recursos na área, mas nada foi ainda concretizado.

Para o diretor da Divisão de Parques e Reservas Equivalentes do IBDF, Luciano Pizzatto, 31, os

principais problemas enfrentados pelo parque do Iguaçu é a pressão antrópica (ação do homem no meio ambiente) provocada pela visitação. Embora a flora e a fauna do local estejam aparentemente bem conservadas, há uma vez por outra um copo de plástico jogado entre as folhagens. Não raro houve-se contar que um animal foi morto na estrada que corta o parque por um motorista que desrespeitou o limite de 40km/h.

Apenas 5% do parque estão sujeitos a esse tipo de pressão. Já 99% das trilhas que o cortam são indezessáveis. Mesmo assim a caça irregular é o segundo maior problema enfrentado pelo IBDF. Os animais mais abatidos são a paca, a jaguatirica e a capivara. Além de 47 funcionários do IBDF, o parque conta com 50 policiais florestais, que chegarão a 120 até o final do ano.

Falta educar visitante

Da Reportagem Local

A falta de educação ambiental tanto aos visitantes do Parque Nacional do Iguaçu como aos habitantes dos municípios vizinhos, um dos problemas apontados pelo diretor da Divisão de Parques do IBDF, Luciano Pizzatto, deverá ser suprida a médio prazo.

"Dentro do parque pela Paraná Tur e fora de sua fronteira pelo Instituto de Terras, Cartografia e Florestas (ITCF), um grupo de pessoas já está cuidando de orientar a população que frequenta o local sobre a necessidade de se proteger a flora e a fauna não só do parque como a de toda região vizinha", diz Pizzatto.

Para sanar os problemas dos parques do país seriam necessários cerca de US\$ 200 milhões/ano. A previsão é de um estudo elaborado ao Banco Mundial.

O que o IBDF tem hoje para administrar suas áreas não ultrapassa US\$ 20 milhões, sendo que os

problemas são bem maiores que essa cifra. Há desde necessidades de infra-estrutura básica —como fazer novas torres para o controle de incêndios—, até controlar a extinção de espécies raras como a arara azul, a tartaruga da Amazônia ou o peixe-boi marinho.

Até recentemente, empresas e entidades públicas estiveram dispostas a fazer doações ao IBDF para tentar salvar algumas dessas espécies, mas por enquanto está tudo em suspenso.

O motivo dessa relutância se deveria à polêmica em torno do fato de o IBDF estar sendo acusado de negociar uma área a uma multinacional que em troca protegeria a arara azul, em extinção.

A única verba com a qual os parques e as reservas do país podem contar por enquanto são US\$ 15 milhões, que deverão chegar através do Programa Nacional do Meio Ambiente, que está sendo apresentado pelo governo federal ao Banco Mundial.

Liminar proíbe empresa de usar o óleo ascarel

Do Sucursal do Rio

A empresa Thyssen Fundições S.A. está proibida de utilizar o óleo lubrificante ascarel e tem prazo de 30 dias para sua substituição. A decisão consta da medida liminar concedida antecorrem pelo juiz da 1ª Vara de Barra do Pirai (RJ), onde se localiza a unidade, João Dionísio Tolomei. Há dois meses, um incêndio ocorrido na fundição provocou o derramamento de 150 litros de ascarel — substância tóxica e cancerígena — nas águas do rio Paraíba do Sul, prejudicando o abastecimento. A ação movida pela Associação Macaense de Defesa Ambiental requer ainda que a empresa pague à Fundação Estadual de Engenharia do Meio-Ambiente (Feema) os Cz\$ 80 milhões gastos pelo órgão para enfrentar a poluição no rio.

Impacto social é grave, diz Sema

Do correspondente

O secretário de Estado do Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul, Nilson de Barros, 35, afirma que os impactos sociais "são mais graves" que os ecológicos, no caso da implantação da indústria de cimento da Camargo Correira Industrial em Bodoquena (MS). A mesma análise se repete no Rima (Relatório de Impacto Ambiental) preparado pelo Centro de Tecnologia Promon, contratado pela CCI.

A conclusão a que chegaram a Sema e a Promon se deve ao fato de que a pacata cidade de Bodoquena, hoje com cerca de seis mil habitantes, sofrerá, nos próximos dois anos, um crescimento populacional aproximadamente de 217%. A cidade hoje não tem coleta de lixo, ônibus urbano, rede de água e de esgoto, e nem hospital e escolas suficientes para atender a nova demanda, segundo a Promon. Para os técnicos, Bodoquena enfrentará problemas

sociais com a concretização do projeto.

A CCI, que como incentivo fiscal ganhará três anos de isenção total do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), afirma que a contrapartida social pelo acordo "está sob a responsabilidade do governador do Estado". Nilson de Araújo, 39, secretário de Comunicação Social do Estado, disse que o governador Marcelo Miranda "tem ciência e já alocou recursos para alguns setores sociais da cidade".

O governador, segundo Araújo, sabe também que "é quase impossível" colocar a infra-estrutura suficiente para "acompanhar o ritmo do desenvolvimento de Bodoquena". Uma das maiores dificuldades que o governo do Estado enfrentará será a construção de uma variante da MS-176, rodovia que liga a indústria à BR-262, cortando o centro urbano da cidade.

A instalação de um polo siderúrgico em Corumbá, que o governador Marcelo Miranda (PMDB) denomi-

na Projeto de Guerra, pode também afetar o ecossistema da região. Mas o governador acredita que o progresso é inevitável, uma vez que o gasoduto, que trará três milhões de metros cúbicos de gás por dia da Bolívia, deverá estar concluído em 1992, segundo acordo assinado recentemente entre o Brasil e o país vizinho.

"O gás nos dará condições de incentivar as siderúrgicas já interessadas em se instalar em Corumbá. Não podemos deixar o ferro e o manganês deitados em berço esplêndido, pois temos que desenvolver o Estado", disse Valdir Guerra, secretário da Indústria e Comércio do Mato Grosso do Sul.

Miranda afirma que "tudo depende do controle e das exigências ambientais que faremos". O governador, ainda quando senador, encomendou um estudo da empresa Engemix, que, segundo ele, diz que "é perfeitamente possível" a instalação de siderúrgica no Pantanal, especialmente em Corumbá.